



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES

FRANCISCO JOSÉ DIAS

A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

SOUSA, PB
2014

FRANCISCO JOSÉ DIAS

A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Orientador: Dr. Marcos Antonio Barros Santos

**SOUSA, PB
2014**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D541i Dias, Francisco Jose.
A inclusão escolar [manuscrito] : uma revisão bibliográfica
/ Francisco Jose Dias. - 2014.
36 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Marcos Antonio Barros Santos, Coordenação do Curso de Física - CCT."

1. Educação. 2. Educação inclusiva. 3. Inclusão escolar.

21. ed. CDD 370.1

FRANCISCO JOSÉ DIAS

A INCLUSÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos em Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

Aprovado em: 19 de julho de 2014

BANCA EXAMINADORA



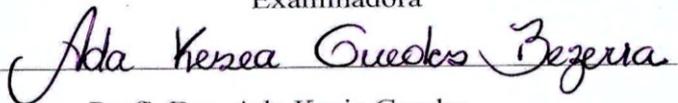
Prof. Dr. Marcos Antônio Barros

Orientador



Prof.ª. Dra. Ana Alice R. Sobreira

Examinadora



Prof.ª. Dra. Ada Kesia Guedes

Examinadora

SOUSA, PB

2014

DEDICATÓRIA

A todos os professores e professoras deste curso de especialização que me ensinaram apoiando-me e incentivando-me em todos os momentos, sem esquecer, é claro o apoio da coordenação do curso, representado pela querida professora Doutora Ana Alice R. Sobreira.

AGRADECIMENTOS

A Deus

Hoje, mais do que nunca, compreendemos a existência de uma força maior... Sabemos que essa força nos ajudou a seguir por este caminho que chegou ao fim. Aos meus pais (in memória), a minha esposa e filhos que souberam compreender os meus momentos de apreensões. Se vencermos, alguém esteve conosco. Se nada conseguirmos, Ele continuará junto a nós. Se persistirmos juntos, veremos que quem nos fez continuar sorrirá para nós, mesmo que Deus, na felicidade, nos tenha esquecido.

RESUMO

Analisando o grande desafio que é o projeto de educação inclusiva, consideram-se marcos histórico e normativo que garantem o processo inclusivo. A educação como um direito de todos sugere a educação especial a partir de uma articulação com ensino regular, uma proposta pedagógica voltada para a inclusão. Os educadores precisam ressignificar a sua prática docente cujas atitudes possam garantir o acesso e a permanência de todas as crianças com necessidades educacionais especiais nas salas regulares com qualidade e respeitando a diversidade. O movimento mundial pela educação inclusiva é uma opção política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando numa mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial.

ABSTRACT

DIAS, Francisco José. School inclusion: a literature review, Sousa - 2014

Analyzing the great challenge of the inclusive education project, we consider the historical and normative frameworks that guarantee the inclusive process. Education as a right for all suggests special education based on an articulation with regular education, a pedagogical proposal focused on inclusion. Educators need to re-signify their teaching practice whose attitudes can ensure access and permanence of all children with special educational needs in regular classrooms with quality and respect for diversity. The global movement for inclusive education is a political, cultural, social and pedagogical option, launched in defense of the right of all students to be together, learning and participating without any kind of discrimination. Inclusive education constitutes an educational paradigm based on the conception of human rights, which combines equality and difference as inseparable values, and which advances in relation to the idea of formal equity in contextualizing the historical circumstances of the production of exclusion in and out of school. Recognizing that the difficulties faced in education systems highlight the need to confront discriminatory practices and create alternatives to overcome them, inclusive education assumes central place in the debate about contemporary society and the role of school in overcoming the logic of exclusion. From the reference points for the construction of inclusive educational systems, the organization of schools and special classes begins to be rethought, implying a structural and cultural change of the school so that all the students have their specificities met.

Key Words: Inclusive Education. Special Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 Educação especial na perspectiva da inclusão	
2.2 Educação especial: uma ação inovadora.....	15
2.3 Inclusão e a proposta pedagógica da escola.....	16
2.4 Atitudes do educador que inclui.....	17
2.5 As políticas de inclusão escolar no Brasil e seus efeitos na prática educativa	25
2.6 Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade	27
2.7 A inclusão e o ensino regular.....	29
3. METODOLOGIA	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

INTRODUÇÃO

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizados da escola. Assim, sobre formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e interação que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma opção política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A partir da visão e do entendimento de que a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e da organização de um sistema educacional inclusivo. Devemos ter a ideia de que não se trata de pensar tão somente a educação para o deficiente, mas, sobretudo, de basilar a prática educativa e a organização da escola no respeito à diferença do outro, assim sendo a Educação Inclusiva destina-se a todos os alunos da escola.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo discutimos as principais referências que nos subsidiaram dentro do contexto ensino-aprendizagem, tomando como foco principal a relação professor-aluno.

2.1 Educação especial na perspectiva da inclusão

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quando a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com pendência na escola e fora dela.

Em todas as etapas e modalidades da educação, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, construindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Este atendimento deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

Desse modo, no que tange a educação especial, grande parte dos sistemas precisa aprofundar com radicalidade o sentido da educação inclusiva, de modo a alterar a atuação da educação especial dissociada do contexto das escolas regulares, passando a apoiar o desenvolvimento das escolas para uma perspectiva pedagógica que respeite as diferenças e atenda as necessidades específicas dos seus alunos no processo educacional. É preciso construir condições favoráveis para a inclusão e essa materialidade só acontecerá a partir de uma sólida definição por um sistema educacional inclusivo.

A educação especial como modalidade complementar é transversal as etapas, níveis e modalidades de ensino, que disponibiliza recursos e serviços, realiza o atendimento educacional especializado e orienta alunos e professores na sua utilização, pressupõe uma reorganização de recursos materiais e profissionais de recursos para apoiar nas alterações

necessárias, no âmbito das práticas pedagógicas e da oferta do atendimento educacional especializado.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacionalmente especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, define nem as práticas escolares para alunos com deficiência.

O Brasil, nesta última década, destacou-se pela vanguarda de seus projetos inclusivos. Porém no nosso país, o atendimento as pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº 5.692/27, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um

sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistências e iniciativas isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar de educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as suas singularidades de aprendizagem.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais” (p.19)”. Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e

aprendizagem, a política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito de educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recurso e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas series mediante verificação do aprendizado” (art.24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art.37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializaram a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º.

No Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que

os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiências nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

2.2 Educação especial: uma ação inovadora

Ao propor a articulação entre o ensino regular e a educação especial, lança-se a possibilidade da escola repensar a totalidade da sua organização, historicamente sedimentada. Ou seja, a educação especial, que na organização do sistema de ensino configura um sistema paralelo, passa a construir parte integrante desses sistemas. Logo, há necessidade de repensar a organização escolar nos níveis macro e micro-estruturais, contemplando desde a gestão no ensino mais amplo do sistema de ensino e da escola, até organização da prática educacional em sala de aula. É um entendimento diferenciado de ensinar e aprender que precisa perpassar as organizações escolares e que modifica o entendimento de gestão até então conhecido.

A educação especial a partir de uma articulação com ensino regular propõe muitas mudanças de perspectiva; a escola é compreendida como um espaço de direito, um bem social que deve ser assegurado a todas as crianças indistintamente. Neste caso, fica claro o que é de competência da escola comum e o que é de competência da educação especial, os sistemas de ensino devem se organizar para oferecer o acesso e a permanência na escola, mas também os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar.

A articulação entre o ensino comum e a educação especial, sobre tudo através do atendimento educacional especializado deve, visar sempre a aprendizagem dos alunos a serem atendidos pelos recursos humanos e financeiros da EE que são: alunos com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, conferindo a educação o papel de atender todos os alunos com deficiência ou não, auxiliando a todos os níveis de ensino, levando-se em consideração a especificidade de cada aluno, pois um aluno pode ter a deficiência física como condição, mas sua aprendizagem pode ser melhor do que a de um aluno dito “normal” daí a necessidade de integrar todos os alunos na escola regular, pois com a inclusão é possível incorporar a diversidade, sem nenhum tipo de distensão.

Porém que fique bem claro que a inclusão só funciona(ou funcionará) quando há aprendizagem, para que isto realmente ocorra não basta apenas acolher e promover a interação social. A inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, no currículo, na postura diante dos alunos, na filosofia adotada pela escola, e é claro visando oferecer possibilidade de fazer adaptações físicas e pedagógicas que garantam as condições necessárias para todos os alunos.

2.3 A inclusão e a proposta pedagógica na escola

Ultimamente muito se tem falado, refletido e discutido sobre a inclusão escolar. Devido à falta de uma proposta pedagógica, o que ocorre nas escolas públicas, até o momento, é a integração escolar e não a tão esperada inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacionais (LDB), nº9.394/69 prevê no artigo 12, inc.I que “os estabelecimentos de ensino respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”. Isso significa que a escola tem a autoridade para elaborar a sua intencionalidade num determinado espaço e tempo. Sendo assim, no que se refere à inclusão, a escola deve elaborar a sua proposta pedagógica de forma a atender o aluno com necessidades educativas especiais dentro dos critérios de crescimento, intelectual, social e humano, dando aos alunos a oportunidade de obter e manter níveis aceitáveis de conhecimentos.

Portanto, a proposta pedagógica precisa buscar alternativas que possibilitem preparar estas pessoas para exercer sua cidadania, bem como “sua inserção no mercado de trabalho” (art.2º - LDBEN).

Uma escola inclusiva deve ser o protótipo da escola de qualidade esta precisa ter elementos essenciais da inclusão como: todas as crianças frequentam a escola de sua vizinhança; todos os professores aceitam a responsabilidade por todos os alunos, e a escola repensa seus valores.

Assim sendo a educação inclusiva precisa, urgentemente, implementar, reformular, construir ou reconstruir seu currículo de forma que permita que professores apoiem professores; pois apoiem professores e seus alunos; alunos apoiem alunos; professores recebam apoio técnico; professores e coordenações recebam capacitações. Precisamos que o currículo escolar seja visto não como um conjunto de professores deve trabalhar no sentido de encontrar objetivos e estratégias que melhor sirvam a cada grupo de alunos. Sem alterações substanciais no currículo da escola (sobre tudo nos objetivos, na oportunidade de aprendizagem) será quase impossível a inclusão de um aluno com necessidade educativa especial.

Para que a educação se torne realmente inclusiva é preciso que os sistemas de ensino criem estruturas e programas de apoio aos professores na capacitação e remuneração adequada, e também possibilite as escolas instrumentalização e espaços adequados que possam estimular o aprendizado dos alunos com necessidades educativas especiais.

A escola, a partir de sua proposta pedagógica, pode efetuar mudanças radicais em toda a sua estrutura inclusiva seja para que a educação inclusiva seja realmente efetiva e eficaz, o que se propõem é que se cumpra as leis; se realizem mudanças tanto no sistema quanto na escola e que a proposta pedagógica e o currículo sejam reestruturados, adaptados e readaptados (em todos os seus sentidos) transformando, para que possa vir a ser acessível a todos.

2.4 Atitudes do educador que inclui

As atitudes não são só causas, elas constroem-se como consequências de práticas bem sucedidas, a educação inclusiva não se faz por um decreto e que, por isso, não é uma “conversão” que os professores devem fazer, suas atitudes são importantes, mais consequências de todo um processo que visa conseguir transformar a escola que exclui em uma escola que inclui.

Com esta visão, o educador realmente busca a inclusão deve tomar atitudes como:

- Procura conhecer a legislação que garante o direito a educação das pessoas com deficiências;
- Exige auxílio estrutura, equipamentos, formação e informação da rede de ensino;
- Deve deixar claro aos alunos que manifestações preconceituosas contra quem têm deficiência não serão toleradas;
- Não se sente despreparado e, por isso, não rejeita o aluno com deficiência;
- Pesquisa sobre as deficiências e busca estratégias escolares de sucesso;
- Acredita no potencial de aprendizagem do aluno e na importância da convivência com ele para o crescimento da comunidade escolar;
- Organiza as aulas de forma que, quando necessário seja possível dedicar um tempo específico para atender as necessidades específicas de quem tem deficiência;
- Se há preconceitos entre os pais, mostra a eles nas reuniões o quanto a turma ganha com alguém com deficiência;
- Apoia os pais dos alunos com informações;

O educador procura realmente educar;mas estas atitudes não podem, nem devem ser apenas do educador, mas sim de toda a equipe escolar que vai desde o porteiro a gestão, pois o trabalho em equipe leva todos os educadores e funcionários a desempenhar de maneira mais eficaz seu papel na educação para todos.

Ensinar jovens e crianças com necessidades educacionais especiais (NEE) ainda é um desafio. Nos últimos dez anos, período em que a inclusão se tornou realidade, o que se viu foi a escola atendendo esse novo aluno ao mesmo tempo em que aprendia a fazer isso. Hoje ainda são comuns casos de professores que recebem um ou mais alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento (TGD) e se sentem sozinhos e sem apoio, recursos ou formação para executar um bom trabalho. Para que a inclusão realmente aconteça é importante garantir diversos recursos: a parceria entre o atendimento educacional especializado (AEE) e os docentes, o amparo das famílias e o investimento em acessibilidade.

Em geral, as regras locais têm como orientação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que afirma no artigo 58 que haverá, quando necessário, serviço de apoio

especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de “Educação Especial”, sem citar como isso deve ser organizado.

Para lidar com um quadro tão complexo, é essencial que a escola forme uma rede de apoio. Por fim é preciso ter claras as regras que pautam a relação entre auxiliar e aluno. Ele deve garantir condições para que as crianças frequentem as aulas e aprenda, mas tem de ajuda – lá a desenvolver autonomia. Baseamo-nos pelo direito de ser, sendo diferentes (Pierucii, 1999). Contudo, vale a ressalva de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza, e de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza (Sousa Santos, 1995). No desejo de assegurar a homogeneidade dos turnos escolares destruíram-se muitas diferenças que hoje considero valiosas e importantes nas salas de aulas e fora delas.

A escola tem resistido a mudanças exigidas por uma abertura incondicional as diferenças, por que as situações que promovem esse desafio imobilizam os educadores a rever e recriar suas praticas, bem como a entender as nossas possibilidades educativas trazidas pela inclusão, sendo constantemente neutralizadas por políticas educacionais, diretrizes, currículos, programas compensatórios.

Temos de estar sempre atentos porque, mesmo sobre a garantia dos direitos de todos à educação, a diferenças pode ser lançada na vala comum dos preconceitos, da discriminação e da exclusão. Na versão inclusiva, a adaptação é testemunha de emancipação intelectual e consequência do processo de autorregulação da aprendizagem, em que o aluno assimila nosso conhecimento de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece.

Nunca é demais lembrar que aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que nos enriquece e clareia nosso entendimento. Invés de resistir à inclusão, declarando-se despreparada para atender todos os alunos amparados na pseudonecessidade de adaptar, individualizar, diferenciar o ensino para alguns, a escola comum deveria estar recriando suas práticas, mudando suas concepções, revendo seu papel, reconhecendo e valorizando as diferenças. Pelo direito de ser, sendo diferente, o aluno com e sem deficiências deveria estar vivendo a liberdade de aprender, tendo o reconhecimento e a valorização de seus mestres pelo que conseguisse construir no domínio intelectual, segundo suas possibilidades.

Assegurar o direito a diferença é ensinar a incluir e, se a escola não tomar para si essa

tarefa a sociedade continuara perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens. O surgimento do conceito de exclusão, segundo Sasaki (2002, p.16) é recente devido à adoção da filosofia da inclusão social para modificar os sistemas sociais existentes.

Sasaki (2002, p.27), afirma que:

[...] é imprescindível dominarmos bem os conceitos exclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro atributo social.

A fundamentação de uma sociedade inclusiva está pautada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade como característica essencial a constituição de qualquer sociedade. Por meio desse princípio ético, apresenta-se a necessidade de garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada pessoa e/ou grupo social.

As pessoas com necessidades especiais são vistas como cidadãos que têm direitos e deveres de participação na sociedade embora segundo uma visão assistencial e filantrópico. As escolas regulares inclusivas são consideradas o caminho mais eficiente ao combate a discriminação. Determina-se que as instituições escolares devem acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas.

Percebe-se que existe uma tentativa de compreender melhor a diversidade humana e a função da escola no atendimento dos alunos com necessidades especiais educacionais especiais. Toda criança, adolescente, jovem e adulto tem direito de estudar nas salas comuns das escolas regulares da rede pública e ter suas necessidades específicas de aprendizagens atendidas pela instituição de ensino sem qualquer custo extra para sua família.

Esse direito vale também para estudantes com deficiência TGD (Transtornos Globais de Desenvolvimento), TEA (Transtornos do Aspecto Autismo) e altas habilidades/super dotação, e tantas outros públicos hoje excluídos das redes públicas de ensino e por diversas razões: orientação religiosa, endereço, homossexualidade, sua ou dos seus pais e mães, origem familiar.

Uma educação inclusiva é também o melhor para o seu filho, seu sobrinho, qualquer criança. Educação inclusiva é aquela que não admite discriminação de qualquer natureza.

Na versão inclusiva, a adaptação é testemunho de emancipação intelectual e consequência do processo de alta regulação da aprendizagem, em que o aluno assimila o novo

conhecimento, de acordo com suas possibilidades de incorporá-lo ao que já conhece.

Entender esse sentido emancipado da adaptação intelectual é importante, pois muitos confundem adaptação com o que é exigido dos alunos na modalidade de inserção conhecida como integração escolar, na qual eles precisam adaptar as exigências da escola para não serem excluídos ou encaminhados a serviços educacionais segregados, onde se preparam para poder cursar a escola comum.

Surge daí, equívocos que justificam a adaptação curricular e outros aspectos pedagógicos limitantes, que não caminham na direção de um ensino verdadeiramente inclusivo, uma vez que, conservam o propósito anterior de prever o que falta ao aluno e de prejudicar suas possibilidades de aprendizado. Nunca é demais lembrar que aprender é uma criação humana criativa, individual, heterogênea e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou ser menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que nos enriquecem e que clareiam o nosso entendimento.

Essa diversidade deriva de nos adaptarmos comitivamente a um dado conteúdo e da possibilidade de nos expressarmos abertamente.

Ensinar, por sua vez, é um ato coletivo e homogêneo, que o professor realiza disponibilizando a todos um mesmo conhecimento. Em vez de resistir à inclusão, declarando-se despreparada para atender a todos os alunos, amparada na pseudonecessidade de adaptar os currículos para que todos possam participar de uma sociedade justa e igualitária.

Pelo direito de ser, sendo diferente, o aluno com e sem deficiência já deveria estar vivendo a liberdade de aprender, tendo o reconhecimento e a valorização de seus mestres pelo que conseguisse construir no domínio intelectual segundo suas possibilidades. Assegurar o direito a diferença é ensinar a incluir e, se a escola não tomar para si essa tarefa, a sociedade continuará perpetuando a exclusão em suas formas mais sutis e mais selvagens.

Adaptar o ensino para alguns alunos de uma turma não conduz a uma transformação pedagógica das escolas exigidas pela inclusão, essa inovação implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares, planejamento, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo. Baseada nos propósitos e procedimentos de ensino que decidem o que falta ao aluno de uma turma de escola comum, da adaptação funciona como um processo regulador externo da aprendizagem.

Em outras palavras, quando adaptamos currículos, selecionamos atividades e

formulamos provas diferentes para alunos com deficiência e/ou dificuldades de aprender, inferimos de fora, submetemos esses alunos ao que supomos que eles sejam capazes de avançar, de se desenvolver, e assim perpetuamos o ensino segregado a discriminação e a diferenciação pela deficiência, em vez de tentar mudar.

A fim de lidar com esse problema, foram criados procedimentos para mudar ou homogeneizar os estudantes o suficiente para que eles satisfaçam as exigências escolares padronizadas. Em uma tentativa de fazer isso, as políticas de educação estabelecem que alguns deles recebam recursos adicionais especiais que lhes ajudem a se conformar. Quando isso não é possível, a remoção da educação geral parece ser a conclusão lógica. No entanto, a lógica rompe-se com o problema inicial a discrepância entre o conhecimento e a prática do sistema educacional. Em certos casos, os problemas foram exacerbados por uma padronização mais restritiva na avaliação e nas exigências curriculares.

Acredito que não há um programa ou plano em múltiplas etapas para se obter a inclusão. Ainda que existam sugestões para atividades que focalizem a inclusão, ela não é um novo método, e sim um valor, ela existe na política, na economia, nas culturas, nas religiões e na educação, ela também é multifacetado e pode relacionar-se com a cultura, a raça, a capacidade de aprendizagem, o gênero, a religião, as características físicas, a idade, a filiação a grupos e qualquer outra característica que possa ser definida. Eles são indivíduos que possuem umas características que nós não possuímos.

Se realmente quisermos que cada pessoa seja um membro respeitado de nossas comunidades não podemos separar algumas crianças de seus pais durante sua vida escolar. Se realmente valorizamos a diversidade em nossa sociedade, a segregação em nossas escolas não tem justificativa, não creio que exista um conjunto de regras ou métodos que produzam inclusão. O conhecimento está se transformando, embora as habilidades sejam ensinadas como meio de aprender, e não como um fim em si mesmo, a cooperação é mais valorizada do que a competição. Os administradores educacionais são facilitadores do desenvolvimento e da implementação, e não os criadores da política.

O acolhimento ajuda recíproca, cooperação, e o poder entre professores potenciais é tão importante quanto entre estudantes jovens. A fundamentação de uma sociedade inclusiva está pautada em uma filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica essencial a constituição de qualquer sociedade. Por meio desse princípio ético, apresenta-se

à necessidade de garantir o acesso e a participação de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada pessoa ou grupo social, as pessoas com necessidades especiais são vistas como cidadãos que têm direitos e deveres de participação na sociedade, embora segundo uma visão assistencial e filantrópica.

É na escola inclusiva que os estudantes aprendem a se exercitar eticamente e formar fortes redes de proteção mútua, de participação social e de incidência política, em um processo que começa na escola e cresce no decorrer de suas vidas, estimulando a oferta de disciplinas que contemplem a educação inclusiva em todos os seus aspectos: políticos legais, teóricos e práticos, todo material didático e paradidático, adquirido pelo poder público, enviados as escolas e as bibliotecas públicas, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Qualquer política de inclusão precisa estar firmemente embasada na suposição inicial de que todas as crianças devem ser educadas em escolas regulares, deve-se reconhecer que os obstáculos a inclusão estão na escola e na sociedade e não na criança, assim a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, para assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todos os gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A inclusão apresenta uma atitude pertinente, tendo em vista, que a escola e a sociedade devem aprender a conviver com as diferenças celebrando e respeitando as adversidades existentes. Sabendo-se que cabe a cada um dos cidadãos tentarem mudar essa realidade, onde todos são responsáveis, tendo que reconhecer que a inclusão é um grande valor atribuído a nós mesmos, e não um procedimento ou método lançado pela mídia.

Ensinar crianças e jovens com necessidades educativas especiais ainda é um desafio. Nos últimos dez anos, período em que a inclusão se tornou realidade, o que se viu foi uma sociedade apavorada e despreparada para acolher essas pessoas, as escolas também tiveram que adaptar currículos que facilitem as aprendizagens dessas pessoas. É possível há adaptação do currículo não é definida pela deficiência, mas pelo repertório e pelos conhecimentos dos estudantes.

Consequentemente, precisamos estar habilitados a trabalhar com outros objetivos para atingir a outros, e não só aqueles mais rápidos e que poderiam aprender mesmo sem orientador. A inclusão é um caminho sem volta, mas não sem dúvidas e desafios.

As escolas podem concordar em trabalhar juntas a fim de melhorar a qualidade de provisão para todos, podendo unir forças para prover treinamento baseado na escola,

compartilhar ideias sobre planejamento educacional, sobre como avançar em direção à prática mais inclusiva. Sem dúvida, a presença de uma ou várias escolas e sociedade juntas possam traçar métodos que podem aumentar e muito o espaço para o compartilhamento de habilidades especializadas. Professores adicionais são indicados para ajudar o corpo docente e a criança a acessar o conteúdo curricular, bem como a participar de toda a gama de atividades escolares transformando-os em cidadãos que possam participar de tudo o que acontece na sociedade como um todo, tendo como objetivo desenvolver um plano que seja talhado para as necessidades de todos os membros da comunidade onde os mesmos estão inseridos.

Com certeza já é hora de todos os países e localidades empreenderem um estudo sério sobre como criar um relacionamento mais eficaz e harmonioso entre um currículo voltado totalmente para a inclusão. Não há sociedade inclusiva sem educação inclusiva. Todas as diferenças são bem-vindas nas escolas inclusivas. Essa é a força da educação inclusiva.

É na escola inclusiva que se acolhe os excluídos, e que os estudantes aprendem a se exercitar eticamente e a formar fortes redes de proteção mútua, de participação social e de incidência política, em um processo que começa na escola e cresce no decorrer de suas vidas.

Uma escola inclusiva é o local onde as diferenças se encontram, se revelam e se expressam como parte viva e legítima de cada pessoa que faz a escola, estudantes, gestores (as), professores (as), familiares de estudantes e profissionais de apoio.

O Brasil é um país comprometido com a educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Um compromisso assumido internacionalmente. O Brasil foi um dos primeiros países do mundo a retificar com valor de Emenda Constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2006. A convenção foi retificada no Congresso Nacional e deu origem a dois decretos: O Decreto Legislativo 186/08 e o Decreto Federal 6.949/09. A convenção defende a existência de um único sistema organizacional de ensino, necessariamente inclusivo.

Contrariar a perspectiva de uma sociedade que se pauta por padrões conceituais e organizacionais é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la. Somos diferentes de fato e queremos ser agora diferentes de direitos na escola e fora dela. Baseamo-nos pelo direito de ser, sendo diferente (PIEDUCCI, 1999).

Contudo, vale ressaltar de sermos iguais, quando a diferença nos inferioriza e de sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracteriza (Sousa Santos, 1995). Conviver reconhecendo e valorizando as diferenças é uma experiência essencial a nossa existência,

desde que definimos a natureza dessa relação, distinguindo o estar com o outro do estar junto ao outro. Estar junto ao outro tem a ver com o que é o outro é – um ser que não é como eu sou que não sou eu. Essa relação estabelece uma identidade imposta, forjada e rotulada pelo outro, esse desconhecido, um enigma que tenho de decifrar e que vai sendo desvelado à medida que se constrói entre nós um vínculo pelo qual nos confrontamos, nos identificamos e nos constituímos como seres singulares e mutantes (SILVA, 2000).

No desejo de assegurar a homogeneidade de uma sociedade desigual destruíram-se muitas diferenças que hoje considero valiosas e importantes para uma sociedade que preze por uma paz interior, que construam escolas que sejam capazes de acolher a todos sem distinção, as escolas têm resistido às mudanças exigidas por uma abertura incondicional assim como a nossa sociedade também porque as situações que promovem esse desafio e mobilizam os educadores a rever suas práticas, bem como a entender que vivemos numa sociedade desigual, isso nos faz entender que as novas possibilidades educativas trazidas pela inclusão, estão sendo constantemente neutralizadas por políticas educacionais, diretrizes, currículo, programas compensatórios. Essa saída tem permitido a sociedade e as escolas escapar pela tangente e livrar-se do enfrentamento necessário com sua organização.

2.5 As políticas de inclusão escolar no Brasil e seus efeitos na prática educativa

Ao pensar a educação inclusiva na atualidade, volto-me a olhar para a história deste movimento, não pela cronologia dos fatos, mas com o intuito de perceber as condições de possibilidades que nos permitem entender as diferentes facetas da inclusão escolar.

Ao olhar para a escola de acordo com o pensamento de Foucault (2003), entendendo-a como uma instituição disciplinar marcada pelo pensamento moderno, é possível afirmar que seus pressupostos baseiam-se num desejo de ordenação e organização, o que pode ser aproximado daquilo que este autor chama de normalização disciplinar.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um método ótimo que é constituído em função de certo resultado e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conforme a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz

de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é normal, é a norma (FOUCAULT, 2008, p.75)

Nesta perspectiva, é possível entender que a Educação Inclusiva, possibilita um exercício de aproximação e conhecimento desses sujeitos anormais, de forma que seja possível discipliná-los, educá-los, governá-los. Essa é a lógica da escola pautada no pensamento moderno: capturar corpos tornando-os dóceis, disciplinados e produtivos.

Para tanto, ela lança mão de estratégias de normalização, constituídas a partir de um conjunto de saberes que se articulam na intenção de descrever, classificar e categorizar estes indivíduos e assim, conduzir suas condutas no sentido do bem e da ordem. O movimento da educação inclusiva está imerso na lógica da sociedade de seguridade em que a partir das estratégias de manutenção da população de gerenciamento do risco, é esperado que os sujeitos passem a se autorregular. A partir de aprendizagens que extrapolam o âmbito da escola, sejam elas as propagandas publicitárias, campanhas políticas, entrevistas e a mídia de forma geral, nos é ensinado formas de autogerenciamento para que seja possível, por nós mesmos, criar novas condições de nos mantermos no jogo.

Esse é um entendimento de educação inclusiva que trás como propósito definir um modelo de currículo que trate de como reforçar as escolas, as práticas educativas e a formação de professores, como fim de proporcionar uma educação de qualidade ajustada as características de todos os alunos (SANCHES, 2005). Essas são algumas estratégias que apontam em diferentes formas de ensinar, visando capturar o maior número de indivíduos. E que, subsídios por diferentes campos do saber vão desenhando as formas como devemos atuar e acabam, assim, difundindo o que chamam de educação das diferenças.

Para Sasaki (1997, p.41) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade (...). Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em cooperação, solidariedade, respeito às diferenças, comunidade, valorização das diferenças, melhora para

todos. O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com NEE, sendo a inclusão considerada uma tentativa de reedificar esse público analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos.

Entretanto, é percebido que a educação inclusiva condensa-se através da socialização e aprendizados trabalham em equipe e conhecimento condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Neste contexto, ao final do século XX, movimentos sociais políticos e educacionais, estudiosos, associações e conferências propõem aprofundar as discussões, problematizando os aspectos acerca do público, resultando em reflexões diante das práticas educacionais. Portanto, a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos, independentes de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando-as ao processo ensino-aprendizagem, bem como a estrutura física da escola adaptada às necessidades do seu alunado. Diante disso, fica evidente o compromisso político e encorajamento do governo e políticas públicas perante as pessoas com NEE, de forma a garantir a efetivação da inclusão social de recursos e atendimento de qualidade nesse cenário educacional.

A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, sujeitando de reflexões e especialmente ações concretas para alcançar as práticas eficientes. Através da pesquisa é possível reconhecer que a educação inclusiva acontece na prática, é necessária a qualidade eficiência e competência dos gestores educacionais bem como a disponibilidade de recursos e oferecimento de boa estrutura escolar pelas políticas públicas, pois a educação inclusiva necessita do seu cumprimento, acordado à qualidade que a legislação brasileira oferece.

2.6 Educação inclusiva no Brasil: do contexto histórico à contemporaneidade

A partir do século XX, gradativamente, alguns cidadãos começam a valorizar o público deficiente e emerge mundial através de movimentos sociais de luta contra a discriminação em defesa de uma sociedade inclusiva. Nesse período histórico, corroboram as críticas sobre as práticas de ensino da época, conduzindo também questionamentos dos modelos análogos do ensino aprendizagem, gerando exclusão no cenário educacional.

A esse respeito, Goffredo (1999, p.31), acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas as pessoas com necessidades especiais.

Portanto, a escola tem a função de receber e ensinar todas as crianças, jovens e adultos independentes de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, adaptando os processos ao processo de ensino aprendizagem, bem como a estrutura física da escola, as necessidades do seu alunado. Diante disso, fica evidente o compromisso político e encorajamento do governo e políticas públicas perante as pessoas com NEE, de forma a garantir a efetivação da inclusão social através de recursos e atendimentos de qualidade nesse cenário educacional.

Dentre os documentos legalmente apresentados, evidencia-se o Plano Nacional de Educação que estabelece objetivos e metas em prol das pessoas com NEE.

Entretanto, patenteia-se em análise dos dispositivos legais supramencionados a constatação de que a inclusão é uma proposta de intervenção ancorada pela legislação em vigor, que deve ser cumprida pela sociedade.

Em face disso, nota-se que a materialização da escola verdadeiramente inclusiva trabalha baseando-se na defesa de princípios e valores éticos, na projeção das ideias de cidadania e justiça, nivelada a uma proposta que visa a promoção de práticas pedagógicas contemplando o aluno, individualmente, em sua maneira peculiar durante o processo de aprendizagem e envolvendo, com compromisso e empenho, a comunidade escolar.

Conforme explicita Mitler (2003, p.25)

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sócias oferecidas pela escola.

A inclusão é um processo dinâmico e gradual, esta se resume em cooperação, solidariedade, respeito às diferenças, comunidades, valorização das diferenças, melhora para todos, pesquisa.

O educador é o mediador e responsável pela construção do conhecimento, interação e socialização do aluno com NEE, sendo a inclusão considerada, uma tentativa de reedificar esse público, analisando desde os casos mais complexos aos mais singelos, pois uma educação de qualidade é direito de todos.

2.7 A inclusão e o ensino regular

A tarefa de definir inclusão escolar não é da mais simples. Segundo o Dicionário HOUAISS (2001) uma das definições de incluir é envolver. Esta palavra se encaixa bem no contexto escolar, visto que, envolver significa comprometer-se tomar parte em algo. Portanto, para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos, ou seja, alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participam da vida escolar direta ou indiretamente.

De acordo com Batista (2003), a inclusão escolar seria a transformação da escola para receber o aluno, ou seja, a escola deve se adaptar as necessidades do aluno e não ao contrário. Essa transformação deve ser profunda e envolver toda a organização do ensino, desde o projeto pedagógico até a formação continuada de técnicos e professores que atuem nas escolas deixando claro que esta transformação refere-se de fato a uma educação de qualidade.

Tanto o professor capacitado quanto o especialista, deveriam ter como principal meta o trabalho em equipe e dentro da sala comum, sem necessidade de isolar o aluno em alguma sala especial, mas este é o lugar que certamente torna o trabalho de ambos profissionais mais fáceis.

Vê-se também que muitos professores do ensino regular tem medo de receber em suas salas, alunos com deficiência, dificultando o processo de inclusão e fazendo com que o/ou sua família se sinta desmotivado e inseguro em continuar. Inclusão escolar seria deste modo, não somente manter o aluno na escola, mas além de mantê-lo, faz-se necessário tornar a escola um ambiente no qual ele possa de fato desenvolver.

É preciso abandonar modelos e práticas que discriminem qualquer aluno e anular a tentação de se apropriar soluções paliativas, não se trata de adequar, mas transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é relevante no conceito de inclusão escolar é que todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, e quando abordar a questão dos alunos que fracassam em suas salas de aulas diz que a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, atingindo não somente os alunos com deficiência, mas todos os demais com o objetivo de alcançarem sucesso em sua vida escolar.

A inclusão escolar é justamente garantir o acesso e a permanência do aluno na escola, seguida do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações

educacionais que valorize a diversidade como riqueza humana e cultural. O conceito que prevalece quando o assunto é a inclusão leva a mais discriminação, pois passa a ideia que as deficiências são fixas, que é perda de tempo ensinar a quem nada poderá aprender, em vista disso, só resta respeitar quem as possui.

Também discute a questão da diferença, em sua visão a igualdade deve deixar de ser uma norma. Não é o direito de ser igual que deve prevalecer, mas iguais direitos apesar das diferenças. Deve-se lutar pela heterogeneidade, pela diversidade, pela riqueza que o diferente nos traz, não há nada de novo aprender com o igual, mas a convivência com o diferente sem dúvidas é valiosa.

3. METODOLOGIA

Todo trabalho acadêmico tem que ter um caráter científico, onde os professores chamam de pesquisa, a pesquisa científica está presente em todos os currículos das universidades, ressaltando assim sua importância no meio profissional. O mercado de trabalho cada vez mais exigente requer do profissional, que já não basta este ter conhecimentos teóricos e sim na realização de uma prática que busca a produção de novas ideias e conhecimentos. A pesquisa científica está ganhando o seu espaço nos cursos universitários, pois é dentro das universidades que se vivencia a cultura universal e que tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo organizada para a formação de profissionais que atuarão na sociedade.

É objetivo da pesquisa científica, contribuir com a evolução dos saberes humanos em todos os setores, sendo sistematicamente planejada e executada através de rigorosos critérios de processamento das informações. Os trabalhos de graduação devem produzir ciência, ou dela derivar, ou acompanhar seu modelo de tratamento. Segundo Betti (2005, p. 34):

[...] tal área de atuação não se caracteriza, apenas, como uma ciência específica, mas como uma área acadêmica – profissional com necessidades e características próprias, que se vale das diversas ciências e da filosofia para construir seus objetos de reflexão e direcionar sua intervenção pedagógica.

Dentre os mais diversos autores que tratam do assunto pesquisa e sua importância para a vida estudantil, Marques apresenta sua concepção sobre fazer pesquisa, assim, ele relata:

Estabelecer um tema de pesquisa é, assim, demarcar um campo específico de desenhos e de esforços por conhecer, entender nosso mundo e nele e sobre ele agir de maneira lúcida e consequente. Mas o tema não será verdadeiro, não será encarnação determinada e prática do desejo, se não estiver na estrutura subjetiva, corporal, do desejado. Não pode o tema ser imposição alheia. Deve-se por ele tomar paixão, desejo trabalho, construído pelo próprio pesquisador. Da experiência antecedente, dos anteriores saberes vistos como insuficientes e limitantes nasce o desejo de conhecer mais e melhor a partir de um foco concentrado de atenções. Não podemos tudo querer ao mesmo tempo. Muito menos podemos de fato querer o que não tem ligação com nossa própria vida, o que nela não se enraíza. (MINAYO, 1998, p. 3)

Para tanto, esta pesquisa monográfica tem suas bases na pesquisa bibliográfica que como o próprio nome já diz, é a pesquisa realizada por meio de livros e, também, em outras

fontes secundárias, por exemplo: enciclopédia, CD-ROM, internet e revista. Pode-se dizer que é a primeira incursão na atividade investigativa, pois geralmente é o primeiro modelo de pesquisa que é realizado na escola e na universidade. Essa pesquisa traz diferentes contribuições disponíveis sobre um tema. É de grande importância na vida acadêmica, pois auxilia na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da escolha do tema e na elaboração do relatório final e isso futuramente nos ajudará a sermos excelentes profissionais. De acordo com Lakatos (1992):

[...] a pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (LAKATOS 1992, p.44)

A pesquisa bibliográfica é realizada independentemente, isto é, percorre todos os passos formais do trabalho científico, em particular, em alguns setores das ciências humanas. Esta é parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando ambas são feitas com o objetivo de obter informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

Em linhas gerais conclui-se que a pesquisa bibliográfica é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Como trabalho científico original, constitui a pesquisa propriamente dita na área das ciências humanas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o contexto educacional brasileiro, e conscientizado do grande desafio que é a inclusão educacional, o que fica claro é o fato de que estamos longe de efetivar uma inclusão de verdade no Brasil e, principalmente, no que se refere a formação dos educadores, as condições de atendimento em sala de aula, aos recursos disponíveis nas escolas, onde não se consegue atender a diversidade, sequer quando se trata de dificuldades de aprendizagem, pois não basta apenas matricular todos os alunos no ensino regular, é preciso acima de tudo garantir a permanência e a qualidade do ensino e da aprendizagem para que haja realmente a transformação da escola que exclui, numa escola que verdadeiramente inclui.

Entendemos que a transformação da escola não é uma mera exigência da inclusão escolar de pessoas com deficiência e/ou dificuldades de aprendizado. Assim sendo, ela deve ser encarada com um compromisso inadiável das escolas, que terá a inclusão como consequência.

Quando se discute a questão da inclusão escolar, ficam claro que não se pode pensar em atender alunos com deficiências (que exigem adaptações de grande parte) sem se fazer mudanças no que se refere ao currículo, quanto aos recursos, métodos, e técnicas de ensino, pois o que torna a inclusão real é a aprendizagem de todos os alunos.

Porém não se pode negar também que, para que a inclusão aconteça, é necessário estarmos aberta para ela. É certo que não estamos preparados, mas é certo também que isso só acontecerá na medida em que nos colocarmos na condição de agentes transformadores, a realidade hoje é que não há inclusão em nossas escolas, mas pode ser diferente, podemos transformá-la.

Precisamos de escola com recursos, a funcionar os dois turnos do dia, com instalações dignas, com lideranças positivas, com professores satisfatoriamente remunerados e motivados para encarar o grande desafio que é a educação inclusiva. Assim, sendo o EI enquanto reforma educacional, só poderá florescer em sistemas educativos capazes de aceitar uma mudança nos seus hábitos e paradigmas. E esta aceitação dificilmente ocorre (ou ocorrerá) em sistemas que estão a funcionar no limite das suas possibilidades, desmotivados quanto a sua missão e sem recursos que possam recrutar. Nessa perspectiva, delinear uma política de Educação Inclusiva pressupõe que tem de ser criadas as condições de motivação e

comprometimento por parte dos professores e escola, no seu conjunto, para atender alunos com dificuldades.

O projeto inclusivo, por fim deve ser indicado e encarado, não com um projeto que pressupõe que criem vítimas da inclusão, mas sim como um projeto que criem pessoas (professores e alunos) que podem todas elas, melhorarem a sua aprendizagem e ensino, em classes verdadeiramente inclusivas. E esse é o verdadeiro desafio não só para a educação de Tavares, RN. Entretanto é um desafio de todas as escolas do Brasil. Esse desafio precisa ser encarado por todos nós como sendo um grande presente que torna todos iguais independentes de qualquer condição de deficiência física e/ou de aprendizagem, essa tão falada, buscada e sonhada inclusão torna todos iguais, apenas humanos; e como tal, cheios de virtude e defeitos, o tornam o diferente “normal”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Claudio Roberto. Sobre as diferenças e desvantagens. Porto Alegre. Ed. Da UFRGS, 2003.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BEYER, Hugo Otto. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. Inclusão da Educação Especial – Brasília: Ministério da Educação. V.1, nº02, p.8-12. Agos. 2006.

CAVALCANTE, Meire. **A sociedade em busca de mais tolerância**. Nova Escola. Em busca da qualidade na educação. São Paulo: Abril. Nº 196, p.32-36, Out. 2006.

FAVERO, Eugenia Augusta Gonzaga; PONTAJA, Luiza de Marillac. P; MONTOAN, Maria Tereza Eglér. **Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. – São Paulo: MEE/SEESP, 2007. 60p. (Atendimento educacional especializado).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro. Edição Graal, 2009.

GUIMARÃES, Arthur. **Inclusão que funciona**. Nova Escola. Inclusão que dá certo: Os caminhos para transformar a escola e passar a atender todos os alunos. São Paulo: Abril. Nº 165, p.43-47. Set.2003.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Sénéchal. **Educação**: direito de todos os brasileiros. In. Salto para o futuro. Educação Especial: tendências atuais. Brasília, 1999.

GURGEL, Thais; DINONÊ, Débora; ARAÚJO, Paulo. **Inclusão, só com aprendizagem**. Nova Escola. Inclusão: É hora de aprender. São Paulo: Abril. Nº 206, p.38-45, Out.2006.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. Minidicionário **Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Objetiva, 2001.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4ed-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

MITLER, Peter. **Educação Inclusiva, contextos sociais**. Porto Alegre. Artmed, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Vanildes Menezes. **A inclusão e a proposta pedagógica da escola**. Mundo jovem, educação. Porto Alegre: PUCRS, Abr. 2007, p.19, Ano 45, nº375.

PELLIM, Ezilda Franco. **Quando a educação é especial**. Mundo jovem, educação. Porto Alegre: PUCRS, Jul. 2008, p.02, Ano 46, nº388.

PIERUCCI, A. F. **As ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34. 1999.

RODRIGUES, David. **Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas e educação inclusiva**. Inclusão – Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. V.4, nº1, p.33-40, Jan/Jun. 2008.

SANCHEZ, Pilar Arnaiz. **Educação Inclusiva**: um meio de contribuir escolas para todos no século XXI. Revista da Ed. Especial, 2005.

SANTOS, B. de S. **Revista Pátio Pedagógica**. Ano VIII, nº32, Novembro, 2004/Janeiro, 2005.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro. Editora WVA, 2002.